

SALÁRIO

Governo confirma mínimo de R\$ 1.621 em 2026

O Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou ontem que o salário mínimo será reajustado dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621, o que significa um aumento de R\$ 103 e um reajuste de 6,79%. O valor foi confirmado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado no cálculo do reajuste anual do salário mínimo. O indicador registrou 0,03% em outubro e acumula 4,18% em 12 meses. O reajuste do salário mínimo será aplicado a partir de janeiro de 2026, com efeito no salário que o trabalhador recebe em fevereiro. A regra do reajuste do salário mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo crescimento da economia de 2 anos. No último dia 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do PIB de 2024, confirmando expansão em 3,4%. **PÁGINA 3**

REGISTRO CIVIL

País registra grande queda no número de nascimentos

O Brasil registrou expressiva no número de nascimentos no ano passado, segundo revelam novos números do Registro Civil divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda ocorrida em 2024 superou as projeções: foi de 5,8% em relação ao ano anterior, a maior registrada desde o início dos anos 1990. No ano de referência de 2024, foram feitos 2.442.726 registros de nascimentos em cartórios no Brasil, 146.366 a menos do que em 2023. É o sexto ano consecutivo de queda da natalidade. Mas a redução registrada no ano passado foi maior do que a de 2020 (4,7%), quando o país enfrentava a pandemia de Covid-19; e do que a de 2016 (5,1%), quando um surto de Zika resultou no nascimento de crianças com má formação. O IBGE não explicou por que a queda foi tão acentuada - isso ainda depende da divulgação de microdados do resultado. **PÁGINA 7**

NOVEMBRO

Inflação de 0,18% leva IPCA de volta à meta

A chamada inflação oficial fechou o mês de novembro em 0,18%, resultado que faz o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumular 4,46% em 12 meses.image. png. image.pngDessa forma, o IPCA volta para o limite da meta do governo, de até 4,5% no acumulado de 12 meses. O índice chegou a ficar 13 meses fora do in-

JUROS

Banco Central mantém a Taxa Selic em 15% ao ano

O recuo da inflação e a desaceleração da economia fizeram o Banco Central (BC) não mexer nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. Em comunicado, o Copom não deu pistas de quando deve começar a cortar os juros. Assim como na última

tervalo de tolerância. Nos 12 meses terminados em outubro, o IPCA era de 4,68%. Em abril deste ano, o acumulado chegou a marcar 5,53%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado de novembro é o menor para o mês desde 2018, quando a variação foi de -0,21%. **PÁGINA 2**

DECISÃO



LULA MARQUES/ABRASIL

Justiça suspende benefícios vitalícios de Bolsonaro

A Justiça Federal em Minas Gerais determinou ontem a suspensão dos benefícios vitalícios concedidos a Jair Bolsonaro (foto) depois que ele deixou a presidência da República. Com a decisão, assessores e veículos oficiais que foram colocados à disposição de Bolsonaro após ele deixar o cargo, em 2022, deverão ser suspensos pelo período em que o ex-presidente estiver cumprindo pena em regime fechado pela condenação na ação penal da trama que pretendia impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência. Bolsonaro está preso em uma sala da Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, onde cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão. A decisão foi motivada por uma ação protocolada pelo vereador Pedro Rousseff (PT-MG). O parlamentar pediu a suspensão dos benefícios, que são custeados pela Presidência da República e concedidos a todos os ex-presidentes. Conforme a Lei 7.474/1986, ex-presidentes têm direito a quatro servidores para atuarem na área de segurança, apoio pessoal e assessoramento, além de dois carros oficiais com motoristas. **PÁGINA 6**

TRABALHO

CCJ do Senado aprova fim da escala 6x1

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) e a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais. Ambas as mudanças são sem redução salarial. Agora, o tema segue para o plenário do Senado. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148 de 2025 foi incluída na pauta da CCJ como matéria “extra”, sem aviso prévio, e

aprovada por votação simbólica. De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a PEC foi relatada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O relator explicou que a PEC reduz, já no primeiro ano após a aprovação do texto, a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Durante os quatro anos seguintes, haveria uma redução de uma hora de trabalho, por ano, até chegar às 36 horas semanais. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA 0,67% / 159.038,81 / 1.057,68 / Volume: 23.471.670.433 / Negócios: 3.528.186										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.412,00		IGP-M		0,27% (nov.)		EURO turismo					
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento				Ufir-RJ		R\$ 4,5373		IPCA-15		0,20% (nov.)		Compra: 6,4699		Venda: 6,6499	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.												
GOLL54	5,30	+3,92	+0,20	ARND3	0,880	+17,33	+0,130	FICT3	1,83	-11,59	-0,24	S&P 500	6.886,68	+0,67													
ABEV3	13,60	-0,29	-0,04	PDGR3	1,65	+16,20	+0,23	CTSA4	2,10	-10,26	-0,24	NASDAQ Composite	23.654,155	+0,33			15%										
ITSA4	11,61	-6,07	-0,75	SMT03	15,40	+14,50	+1,95	BGIP3	35,82	-9,50	-3,76	Nasdaq 100	25.776,437	+0,42													
LREN3	14,02	+0,29	+0,04	CEEB5	40,00	+13,83	+4,86	BOBR4	1,26	-8,03	-0,11	Euronext 100	1.691,54	-0,41													
CSAN3	6,01	+2,04	+0,12	DASA3	3,61	+12,11	+0,39	MOAR3	67,25	-8,00	-5,85	CAC 40	8.022,69	-0,37													
														Dow Jones		48.057,75		+1,05									
														S&P 500		6.886,68		+0,67									
														NASDAQ Composite		23.654,155		+0,33									
														Nasdaq 100		25.776,437		+0,42									
														Euronext 100		1.691,54		-0,41									
														CAC 40		8.022,69		-0,37									
														Salário mínimo		R\$ 1.412,00				IGP-M		0,27% (nov.)		EURO turismo			
														Ufir-RJ		R\$ 4,5373				IPCA-15		0,20% (nov.)		Compra: 6,4699		Venda: 6,6499	
														Taxa Selic						CDI		14,90%		DÓLAR Ptax - BC			
														(10/12)		15%				(10/12)				Compra: 5,4656		+0,16%	
														TR						OURO				DÓLAR comercial			
														(11/12)		0,1722%				BM&F/grama/RJ		R\$ 748,87		Compra: 5,4680		Venda: 5,4686	
														Poupança						EURO Comercial				DÓLAR turismo			
														(11/12)		0,6731%				Compra: 6,3836		Venda: 6,3842		Compra: 5,5053		Venda: 5,6853	

MERCADOS



Com Fed, Ibovespa sobe 0,69% e retoma a linha dos 159 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O Ibovespa manteve margem de variação estreita, de mil pontos, entre a mínima e a máxima de ontem, até que se conhecesse a decisão sobre juros do Federal Reserve (Fed), às 16 horas (de Brasília), e também os comentários do presidente do BC norte-americano, Jerome Powell, meia hora depois. Em linha com o esperado, o Fed voltou a cortar a taxa de juros de referência dos Estados Unidos em 0,25 ponto percentual, na terceira redução consecutiva no processo de afrouxamento monetário, iniciado em setembro e a que havia dado curso também na reunião seguinte, no fim de outubro.

Minutos depois da deliberação do Fed, o Ibovespa, acompanhando a melhora observada em Nova York, renovou então máxima do dia, e ganhou fôlego adicional durante as explicações do presidente do Fed, chegando no melhor momento aos 159.690,70 pontos, em alta de pouco mais de 1%. Ao fim, marcava alta de 0,69%, aos 159 074,97 pontos, mantendo a alternância de ganhos e perdas moderados desde o tombo de 4,31% na última sexta-feira, quando registrou sua maior queda diária em quase cinco anos.

Na B3, o Ibovespa se firmou acima dos 159 mil pontos na reta final da sessão, em intervalo que colocou os índices de ações em Nova York também nas máximas do dia por lá. Destaque, na B3, para as ações do setor financeiro, que se firmaram em alta, à exceção de Santander (Unit -0,93%), tendo à frente no fechamento Bradesco PN (+1,78%). Vale ON subiu 1,83%, em sessão com ganhos discretos para Petrobras (ON +0,21%, PN +0,25%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, CSN (+6,41%) e, no lado oposto, C&A (-3,98%).

O giro na B3 foi o mais fraco desde a sexta-feira, a R\$ 23,5 bilhões ontem, mas ainda um pouco acima da média recente. Com o desempenho de ontem, o Ibovespa apagou as perdas de dezembro, agora neutro no mês, o que coloca o ganho acumulado no ano a 32,25%.

A decisão do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve de cortar as taxas de juros

em 25 pontos-base não foi unânime, segundo comunicado divulgado após a reunião. Três dirigentes - o diretor Stephen Miran, o presidente da distrital de Kansas City, Jeffrey Schmid, e o presidente da distrital de Chicago, Austan Goolsbee - divergiram da decisão.

Miran, que também ocupa a presidência do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca e já criticou diversas vezes o nível elevado das taxas de juros nos Estados Unidos, votou novamente por uma redução maior, de 50 pontos-base (pb). Já Schmid e Goolsbee defenderam manutenção dos juros no nível de 3,75% a 4%.

"O Fed deixou a porta aberta para cortes no curto prazo, mas sem compromisso. Ou seja, reforça a postura 'data dependent' dependente dos dados. Reconheceu a moderação da atividade e a desaceleração do mercado de trabalho, mas citou incerteza ainda elevada e inflação acima do ideal", diz Bruno Perri, economista-chefe, estrategista e sócio-fundador da Forum Investimentos. "É possível que haja uma pausa na próxima reunião, já que a de hoje (ontem) não foi uma decisão de consenso."

Ainda assim, durante a fala de Powell, os três principais índices de ações em Nova York buscaram novas máximas na sessão. Ao fim, Dow Jones marcava alta de 1,05%, S&P 500, de 0,67%, e Nasdaq, de 0,33%. O índice de tecnologia de NY operou em leve baixa durante boa parte da sessão, e só firmou o sinal positivo durante a fala do presidente do Federal Reserve.

"O ponto de atenção ficou na fala de Jerome Powell, ao dizer que o Comitê está bem posicionado para decidir em janeiro, uma sinalização que mantém a porta aberta, mas sem garantir continuidade imediata do ciclo", observa João Duarte, sócio da One Investimentos.

Powell afirmou que a despeito das divergências entre os membros do Comitê Federal do Mercado Aberto, a possibilidade de elevação dos juros nos Estados Unidos não está no cenário-base de nenhum dos dirigentes. "Discussão está entre manter ou cortar mais os juros", disse Powell, acrescentando que alta de juros "não está no horizonte" do Fomc.

JUROS

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O recuo da inflação e a desaceleração da economia fizeram o Banco Central (BC) não mexer nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro. image.pngimage.png

Em comunicado, o Copom não deu pistas de quando deve começar a cortar os juros. Assim como na última reunião, repetiu que o cenário atual está marcado por grande incerteza, que exige cautela na política monetária, e que a estratégia do BC é manter a Selic por bastante tempo.

"O comitê avalia que a estratégia em curso, de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado, é adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. O comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado", destacou o comunicado.

Essa é a quarta reunião seguida em que o Copom mantém os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho, sendo mantida nesse nível desde então.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em novembro, o IPCA ficou em 0,18%, o menor nível para o mês desde 2018. Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,46% em 12 meses, voltando a ficar dentro do teto da meta contínua de inflação.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua,

PREÇOS

Inflação de 0,18% em novembro faz IPCA voltar para meta

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A chamada inflação oficial fechou o mês de novembro em 0,18%, resultado que faz o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumular 4,46% em 12 meses.image.pngDessa forma, o IPCA volta para o limite da meta do governo, de até 4,5% no acumulado de 12 meses. O índice chegou a ficar 13 meses fora do intervalo de tolerância.

Nos 12 meses terminados em outubro, o IPCA era de 4,68%. Em abril deste ano, o acumulado chegou a marcar 5,53%. Os dados foram divulgados ontem pe-

Setor produtivo critica cautela do BC e cobra início do corte de juros

Wellton Máximo/ABRASIL

A manutenção da Taxa Selic em 15% ao ano recebeu críticas do setor produtivo. Apesar de a decisão ter sido amplamente esperada pelo mercado, entidades empresariais e sindicais veem na postura do Banco Central (BC) um entrave ao crescimento econômico num cenário de inflação em queda, desaceleração da economia e perda de fôlego do mercado de trabalho.image.pngimage.png

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o BC desconsiderou "evidências robustas" de que a economia já permitiria iniciar um ciclo de redução da Selic. O presidente da entidade, Ricardo Alban, afirmou que a manutenção dos juros "é excessiva e prejudicial", intensificando a perda de ritmo da atividade, encarecendo o crédito e inibindo investimentos. Para ele, há espaço para um ajuste gradual sem comprometer a convergência da inflação para a meta.

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, considerou que o BC mantém uma política desconectada da conjuntura nacional e internacional. Ele lembrou que países como os Estados Unidos iniciaram cortes enquanto o Brasil conserva uma das maiores taxas reais do mundo. Segundo Queiroz, a postura atual "prejudica investimentos, consumo e agrava entraves estruturais", além de dificultar a condução da política fiscal.

a meta passa a ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em dezembro de 2025, a inflação desde janeiro do mesmo ano é comparada com a meta e o intervalo de tolerância.

Em janeiro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de fevereiro de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 4,8% a previsão do IPCA para 2025, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divul-

gada no fim de dezembro.

As previsões do mercado estão mais otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,4%, levemente acima acima do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,55%.

CRÉDITO CARO

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Política Monetária, o Banco Central diminuiu de 2,1% para 2% a projeção de crescimento para a economia em 2025.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Se-

gundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,25% do PIB em 2025.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Dólar sobe na contramão do exterior com quadro eleitoral no radar

ANTONIO PEREZ/AE

O aumento da percepção de risco provocado pelas mudanças recentes no cenário político doméstico, com o vaivém de informações sobre a pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República, jogou ontem contra o real.

O dólar até desacelerou os ganhos por aqui com o aprofundamento das perdas da moeda americana no exterior à tarde, após a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), de reduzir os juros nos Estados

Unidos, mas ainda assim não conseguiu furar o piso de R\$ 5,45. Com máxima de R\$ 5,4906, o dólar à vista terminou o pregão em alta de 0,60%, a R\$ 5,4686 - no maior nível de fechamento desde 14 de outubro (R\$ 5,47).

Apesar da tramitação célere no Congresso do projeto de lei da Dosimetria, aprovado na madrugada de ontem pela Câmara dos Deputados, não houve sinal concreto de que Flávio Bolsonaro possa abandonar a corrida eleitoral. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP) prometeu uma apreciação rápida do PL na Casa.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

DINHEIRO

Governo confirma salário mínimo de R\$ 1.621 em 2026

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou ontem que o salário mínimo será reajustado dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621, o que significa um aumento de R\$ 103 e um reajuste de 6,79%.

O valor foi confirmado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado no cálculo do reajuste

anual do salário mínimo. O indicador registrou 0,03% em outubro e acumula 4,18% em 12 meses.

O reajuste do salário mínimo será aplicado a partir de janeiro de 2026, com efeito no salário que o trabalhador recebe em fevereiro.

A regra do reajuste do salário mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo cres-

cimento da economia de 2 anos.

No último dia 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal, mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos, determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Pela regra, o salário mínimo de 2026 seria R\$ 1.620,99 e, com o arredondamento previsto em lei, passa para R\$ 1.621, reajuste de 6,79%.

Os resultados dos índices farão o governo revisar cálculos para as contas públicas no ano que vem, já que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, aprovado pelo Congresso Nacional, estimava o salário mínimo em R\$ 1.627, um reajuste de 7,18%.

TRABALHO

Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprova fim da escala 6x1

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) e a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais. Ambas as mudanças são sem redução salarial. Agora, o tema segue para o plenário do Senado.image.pngimage.png

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148 de 2025 foi incluída na pauta da CCJ como matéria “extra”, sem aviso prévio, e aprovada por votação simbólica. De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a PEC foi relatada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) (foto).

O relator explicou que a PEC reduz, já no primeiro ano após a aprovação do texto, a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Durante os quatro anos seguintes, haveria uma redução de uma hora de trabalho, por ano, até chegar às 36 horas semanais.

“São mais de 150 milhões de brasileiros que se beneficiarão com esta PEC, considerando os trabalhadores, considerando as famílias e considerando quem contrata também, porque vai movimentar a economia, vai mudar a realidade social deste país”, disse Rogério Carvalho.

Em seu parecer, o relator na CCJ argumentou que a jornada de 6x1 está associada ao aumento dos riscos de acidentes em razão do cansaço, por diminuir a qualidade do trabalho e por causar danos à saúde, prejudicando o bem-estar do trabalhador.

“No Brasil, as redes sociais têm sido tomadas nos últimos meses por manifestações contrárias à jornada 6x1, considera-



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

da exaustiva pelos trabalhadores. Nesse sentido, foi criado o Movimento Vida Além do Trabalho, com o objetivo de alterar a legislação para assegurar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal”, escreveu Carvalho em parecer.

A votação da PEC como extra-pauta foi criticada pelo senador da oposição Eduardo Girão (Novo-CE), que disse que queria ter tido a oportunidade de pedir vista para analisar a proposta e fazer contribuições ao texto.

“Se fazer isso, na véspera de um recesso, tirando esse direito do parlamentar de pedir vista. Me sinto violentado por essa atitude. Eu sei que teve audiência pública sobre o assunto, mas precisava ter o direito regimental de pedir vista. A única

coisa que eu posso dizer é que vamos tentar, lá no plenário, ver se é possível fazer uma audiência pública para melhorar o projeto, porque tudo pode ser melhorado”, afirmou o senador cearense.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), respondeu que não é incomum a inclusão de matérias extra-pautas na Comissão, destacando que o tema foi debatido em audiência pública.

“Eu lamento vossa excelência não ter participado de três audiências públicas que nós fizemos e vossa excelência não compareceu em nenhuma delas. Nós tínhamos o compromisso, inclusive com o senador Paulo Paim, de votar (a PEC) ainda este ano”, respondeu.

CÂMARA

A Câmara dos Deputados também discute o tema na subcomissão especial dedicada a analisar a escala 6x1. Na semana passada, ao apresentar o parecer, o deputado Luiz Gastão (PSD-CE) rejeitou o fim da escala 6x1 e propôs a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

O relator na Câmara alegou que seu texto foi a saída “possível” dentro da realidade econômica das empresas brasileiras e da elevada informalidade do mercado de trabalho.

“(A PEC original) poderia acarretar sérias consequências econômicas adversas, tais como queda na produção, redução da produtividade e elevação dos índices de desemprego”, afirmou Luiz Gastão.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.
CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07 – NIRE 33.300.338.446

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/10/2025
Data, Hora e Local: Aos 30/10/2025, às 11h, na sede social da Companhia.
Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária **Larissa Andrade de Melo**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos, à conta do excedente dos lucros acumulados não distribuídos anteriormente, do exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2024 e o pagamento ao acionista da Companhia. **Deliberações aprovadas:** 1. **Aprovar** a destinação do excedente do resultado do exercício de 2024 da Companhia, no valor de R\$ 5.809.417,52, após as deduções legais e constituição da reserva legal, à conta de lucros acumulados; 2. **Aprovar** a distribuição de dividendos pela Companhia no montante total de R\$ 5.809.417,52 à conta de lucros acumulados, devidamente apurados pelas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2024, a serem pagos à única acionista até 31/12/2025; e 3. **Ratificar** o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 1.936.472,51 aos acionistas, como dividendos mínimos obrigatórios, conforme deliberado e aprovado em AGO da Companhia realizada no dia 02/07/2025, bem os atos praticados pelos administradores necessários à efetivação da matéria ora ratificada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Rio de Janeiro, 30/10/2025. (ass.): **Mesa: Arnaldo José Lewis e Sá Filho – Presidente; Larissa Andrade de Melo – Secretária.** **Acionista Presente:** Interplayers Soluções Integradas S.A. – Representada por seus diretores Gustavo Marini Rodrigues e Rodrigo de Melo Galesi. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 10/12/2025 sob o nº 00007359822 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2025/01108063-4 de 27/11/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
LAUNDRY JEANS LAVANDERIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.132.200/0001-06, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2024/03977, a renovação de sua Licença Municipal de Operação EIS-LMO-2025/00163, com validade de 120 meses para Lavanderia, situada na Rua Paraná, 1078, lot 3 PAL 24.165 – Água Santa - Rio de Janeiro/RJ, em substituição a licença de operação LMO N° 000523/2011.

Solare Administração e Consultoria S.A.
CNPJ nº 02.998.739/0001-60 - NIRE 33.3.0035001-2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03/12/2025
Data, Hora e Local: Em 03/12/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente a acionista representante da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente e Sevcretário da mesa, Sr. **João Rodrigues Teixeira Júnior**. **Deliberações aprovadas:** 5.1 Aprovada a redução do capital social da Companhia de R\$ 122.450.022,00 para R\$ 100.000.000,00, uma redução, portanto, no valor de R\$ 22.450.022,00, por considerar o capital excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme disposto no artigo 173 da LSA. 5.2 A redução de capital ora aprovada será realizada mediante o cancelamento de 22.450.022 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, sendo (i) 1.316.072 ações pendentes de integralização, sem qualquer restituição de valor à única acionista; e (ii) 21.133.950 ações integralizadas, com a restituição do valor correspondente a tais ações à única acionista, **BREF IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**. 5.2.1 Em razão da redução de capital aprovada no item 5.2 acima, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 100.000.000,00, representado por 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. 5.3 Consignar que a redução do capital social somente se efetivará mediante (i) inexistência de oposição de credores quirográficos durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata; ou (ii) pagamento do crédito ou depósito judicial da importância reclamada por eventuais credores que se opuserem à redução durante o prazo acima mencionado. 5.4 Nova redação do Estatuto Social: **“Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é R\$ 100.000.000,00, representado por 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”** 5.5 Autorizado os Diretores da Companhia a tomarem todas e quaisquer medidas necessárias à publicação desta ata. Decorrido o referido prazo de 60 dias, os Diretores da Companhia poderão tomar todas as providências necessárias para arquivar, perante a JUCERJA, a presente Ata da AGE, de forma a efetivar a redução de capital perante terceiros, contanto que não tenha sido impugnada, ou se provado o pagamento da dívida ou o depósito judicial do valor contestado, nos termos do § 2º do art. 174 da LSA. Nada mais. Rio de Janeiro, 03/12/25.

INFORMÁTICA

Cade valida acordo em caso envolvendo Google e Android

FLÁVIA SAID/AE

O plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) validou, por unanimidade, um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) envolvendo o Google e o sistema Android, que investiga possíveis abusos de posição dominante pelo buscador na distribuição de aplicativos junto com os fabricantes de celulares e equipamentos móveis, como tablets.

O presidente do Cade, Gustavo Augusto Freitas de Lima, apresentou voto pela homologação das propostas de TCC, cujos termos, negociados ainda pela Superintendência-Geral (SG), área técnica do Cade, ainda não são públicos. As compromissadas terão de cumprir as obrigações do TCC, que deverá ser assinado no prazo máximo de 30 dias. Com a homologação do acordo temporário, foi autorizada a divulgação da sua versão pública.

Haverá um período de monitoramento inicial do cumprimento das obrigações do acordo de três anos, prorrogável por mais três anos. O presidente explicou que havia uma obrigação de pré-instalação dos aplicativos do Google, além de uma discriminação da posição dos aplicativos dentro do aparelho, dando um destaque aos aplicativos do Google.

O TCC é um acordo firmado entre o Cade e empresas ou pessoas físicas investigadas por suposta infração à ordem econômica. A investigação foi aberta em 2022 pe-

la Superintendência-Geral, após tomar conhecimento da condenação do Google no âmbito da União Europeia por práticas anticompetitivas relacionadas ao sistema operacional para dispositivos móveis Android.

No centro da investigação estão três acordos firmados pelo Google com fabricantes de dispositivos móveis e operadoras de redes móveis. Tais acordos supostamente seriam capazes de alavancar a posição dominante do Google no mercado de busca online para o mercado de sistemas operacionais licenciáveis, dentre outros, fechando-os para concorrentes através de obrigações.

Essas obrigações exigiriam que os aparelhos com sistema operacional Android viessem com a ferramenta de pesquisa do Google (Google Search) e navegador (Google Chrome), dentre outros apps do Google pré-instalados como condição para obtenção da licença para utilização da sua loja de aplicativos (Google Play Store) e condicionariam a concessão de licenças à assunção do compromisso de não comercialização de aparelhos com versões do sistema operacional Android não aprovadas pelo Google.

Além disso, garantiriam o pagamento de uma parcela da receita do Google com publicidade aos OEMs (Fabricantes de Equipamento Original, na sigla em inglês) e MNOs (Operadoras Móveis) que concordassem em não pré-instalar ferramentas de buscas concorrentes à do Google em determinados equipamentos.

INDÚSTRIA

Produção de motos sobe 13,4% em novembro

Eduardo Laguna/AE

A produção de motos teve crescimento de 13,4% em novembro na comparação com o mesmo mês do ano passado, chegando a 165,7 mil unidades. Frente a outubro, houve retração de 12,3%, mas neste caso a variação tem a influência do calendário com quatro dias úteis a menos do mês passado.

O balanço foi divulgado ontem pela Abraciclo, a entidade que representa as fábricas de

motos do polo industrial de Manaus (AM), onde está concentrada a maior produção do veículo de duas rodas.

Desde o início do ano, já foram montadas 1,85 milhão de motocicletas, 13,9% acima do volume dos onze primeiros meses de 2024. Um mês antes do fim do ano, o setor já ultrapassou toda a produção de 2024 - 1,75 milhão de unidades montadas em 12 meses -, confirmando assim o maior volume em 14 anos.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da **ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.** (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 09h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, nº 98, Parte, Botafogo, CEP 22.251-050, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) a redução do capital social da Companhia e (ii) alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, quando cabível. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025. **ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. - Presidente:** Rogério Reis de Castro.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da **ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.** (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 10h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, nº 98, Parte, Botafogo, CEP 22.251-050, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) eleição do Sr. Marcelo Ricardo de Andrade Sartori como Diretor Regional da Companhia; (ii) eleição do Sr. Ricardo Prates Perliard como Diretor de Unidade da Companhia; (iii) alterar os Artigos 9º, 11 e 12 do Estatuto Social da Companhia para prever a Diretoria Regional e de Unidade e (iv) consolidar o Estatuto Social. Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, quando cabível. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025. **ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. - Presidente:** Rogério Reis de Castro.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

VIOLÊNCIA

Morte de jovem é apontada como feminicídio

GEOVANNA HORA/AE

A jovem Maria Katylene Gomes da Silva, de 25 anos, morreu após cair do 10º andar do prédio onde morava no Morumbi, zona sul de São Paulo, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Segundo a pasta, o crime ocorreu no dia 29 de novembro. A jovem foi encontrada sem vida após a queda. Um homem de 40 anos, apontado como companheiro dela, foi preso na terça-feira, por suspeita de ter sido o responsável pela morte da jovem. O nome dele não foi divulgado. Desta forma, a defesa não foi localizada.

Maria Katylene era natural de Crateús, no interior do Ceará, mas morava na capital paulista. Ela tinha uma filha, que mora em Crateús e estuda na Escola Sônia Burgos. Nas redes sociais, a instituição lamentou a morte e se solidarizou com família e amigos.

A jovem era ativa em seu perfil no Instagram, o qual

usava para publicar fotos de viagens e vídeos bem-humorados sobre cabelo, maquiagem e rotina de exercícios.

A tia de Maria Katylene compartilhou uma foto da vítima no Instagram com um pedido por Justiça. "Ela não pode mais falar pois sua voz foi calada por um cara que a dizia amar, onde tudo não passava de um sentimento de posse, um sentimento doentio", disse.

"Hoje, como tia, eu estou com meu coração apertado, com um sentimento de indignação, assim como sua mãe e toda nossa família, pedimos justiça por Katylene Gomes", acrescentou.

Segundo a SSP, inicialmente, o caso foi tratado como homicídio, mas não há detalhes sobre suspeitos da época. Depois, no decorrer da investigação, o suspeito foi preso e caso registrado como feminicídio consumado. O crime é investigado pelo 89º Distrito Policial, do Jardim Taboão, que requisitou exames periciais e realiza outras diligências.

Nota

PRESIDENTE DA FIESP DEFENDE FIM DE REPASSES A ENTIDADES PATRONAIS

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, defendeu ontem o fim dos repasses a entidades patronais de recursos do Sistema S, como é chamado o conjunto de organizações, que inclui Senai, Sesc, Sesi e Sebrae, mantidas com contribuições recolhidas da folha de pagamento de empresas. "Eu acho que deveria zerar.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Série da 36ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 36ª Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Direitos Creditórios Pulverizados ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 31 de dezembro de 2025, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, alínea "xxvii", do Termo de Emissão (conforme definido nos Documentos da Operação), e, consequentemente, na Cláusula 7.3.1 do Termo de Securitização, em razão do possível descumprimento dos Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, permanecendo inalteradas as obrigações e apurações relativas aos exercícios sociais subsequentes ("Waiver"). Fica, desde já, estabelecido que, em contrapartida à aprovação do Waiver, a Devedora oferece, aos Titulares dos CRI, o pagamento de um waiver fee, no valor de 1% (um por cento), incorporado no Saldo Devedor na data de eventual aprovação em Assembleia. Caso aprovadas quaisquer das matérias da Ordem do Dia, fica a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, autorizada a praticar todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente@canalsecuritizadora.com.br e phc@vortex.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SOCICAM 36", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 11 de dezembro de 2025

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "Termo De Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 30 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (viii), da "Cédula de Crédito Bancário" ("CCB"), em razão do descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do desengajamento do Fundo de Reserva, conforme disposto na Cláusula 8.7.3 do Termo de Securitização e na Cláusula 8.3 da CCB. O desengajamento implica a necessidade de aporte no valor de R\$ 307.783,17 (trezentos e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e dezessete centavos), destinado à recomposição do Fundo de Reserva; II. Caso aprovado o item (I), acima, conceder prazo adicional de 3 meses contados da celebração da data desta assembleia, para que a Devedora recomponha o Fundo de Reserva; III. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Vitoria Tower (25)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 09 de dezembro de 2025.

Amanda Martins - Diretora de Securitização

MOTOTÁXIS

Uber e 99 adiam estreia de serviço e podem recorrer

GONÇALO JUNIOR/AE

A Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) desistiu de retomar o serviço de transporte de passageiros por motocicletas na capital paulista previsto para hoje, como havia anunciado. A entidade vai acionar a Justiça contra a lei municipal que determina as regras para a atuação dos mototaxistas.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou ontem a regulamentação com uma série de obrigações para os motociclistas e as empresas, como Uber e 99. O texto obriga a realização de curso pelos mototaxistas e o uso de placa vermelha nos veículos. Também proíbe o serviço no centro expandido e nas marginais, além de restringi-lo em dias de tempestades intensas.

Dias antes da aprovação na Câmara, as empresas haviam prometido retomar o serviço hoje, com ou sem regulamentação municipal, um dia após o prazo definido pelo Tribunal de Justiça de SP (TJ-SP) para regulamentação do serviço.

A criação das novas regras foi realizada na Câmara Municipal de São Paulo. A Amobitec, entidade que reúne 99, Uber, Lalamove, Buser, iFood, Zé Delivery, Amazon, Shein, Alibaba, FlixBus e Nocnoc, classifica a regulamentação como "ilegal" e que funciona como uma "proibição ao funcionamento das motos por aplicativo".

"A legislação não regulamentava o serviço de motoapp na cidade de São Paulo, mas impede o seu funcionamento ao reunir exigências impossíveis que extrapolam os limites legais", diz trecho da nota.

Uma das determinações da Prefeitura que receberam crítica da entidade é a exigência de um cadastro, processo que pode levar até 60 dias a partir do pedido de credenciamento. A creden-



TÂNIA RÉGO/ABRASIL

cial vale por um ano.

De acordo com a entidade, a possibilidade de prorrogação ilimitada do credenciamento prévio "permite ao poder municipal bloquear o início da operação do serviço, ou mesmo não autorizar nenhum aplicativo ou condutor".

A entidade critica ainda a restrição das motocicletas aptas ao serviço aos modelos com mais de 150 cilindradas. Ainda de acordo com a entidade, a medida "excluiria grande parte dos condutores, que em sua maioria possuem motos de 125 cilindradas".

O uso de placa vermelha nos veículos, outra exigência municipal, "equipara indevidamente o motoapp ao mototáxi, ignorando a lei federal específica para transporte via aplicativos".

Desde 2023, a Prefeitura e as empresas Uber e 99 travam uma briga na Justiça acerca da liberação do serviço na cidade. Após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que municípios não podem proibir o mototáxi, as companhias de transporte por aplicativos anunciaram o início do serviço a partir de hoje.

CLIMA

Falta de energia afeta abastecimento de água na capital e Grande SP

CAIO POSSATI/AE

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) informou ontem que o serviço de distribuição de água para parte capital e para algumas cidades da região metropolitana foi afetado por conta da falta de energia elétrica que atinge parte da Grande SP.

O apagão, registrado durante os fortes vendavais das últimas horas, compromete o funcionamento das máquinas que realizam o bombeamento de água para as residências, explica a Sabesp. Por esse motivo, a companhia orienta que os moradores façam o uso moderado do recurso disponível em seus respectivos reservatórios.

Mais de 2 milhões de clientes da Enel chegaram a ficar sem energia elétrica ontem em São Paulo e região metropolitana, segundo dados da empresa, responsável pela distribuição de energia para os municípios da Grande SP. Em nota, a concessionária informou que "1.300 equipes atuam para restabelecer o fornecimento de energia".

Os vendavais são resultado da passagem de um ciclone extratropical que se formou na região Sul do País e avançou para o Sudeste. Os ventos chegaram a 98 km/h em partes da capital e mais de 500 chamados para a queda de árvores foram feitos na manhã de ontem, informaram os Bombeiros.

Em São Paulo, as regiões afetadas, segundo a Sabesp, são Americanópolis, Morumbi, Parelhei-



PAULO PINTO/ABRASIL

ros, Parque do Carmo, Sacomã, Tucuruvi, Vila Clara, Vila Formosa, Vila Mariana e Vila Romana. "Os bairros próximos a essas regiões podem ter sido afetados, pois os reservatórios localizados nesses locais atendem a áreas vizinhas".

Já na Grande São Paulo, as cidades impactadas pela falta de água são Embu das Artes, Itapeerica da Serra, Mauá, Santo André, Santa Isabel, Taboão da Serra, Cotia, Osasco, e São Bernardo do Campo.

Em nota, a Sabesp informou que o serviço de energia elétrica já retornou para alguns desses locais, mas que o fornecimento de água retorna "de forma gradual". "Assim que o bombeamento é retomado, a água volta a fluir pelas tubulações, reabastecendo as caixas-d'água de cada casa e edifício no caminho, por isso a recuperação é gradativa".

A companhia afirma também que está em contato com a Enel e que acompanha os trabalhos de restabelecimento da eletricidade. Enquanto a energia não for retomada, a orientação é que os clientes "façam consumo consciente da água armazenada nos reservatórios domiciliares até que os sistemas sejam recuperados por completo".

Já a Defesa Civil do Estado de São Paulo emitiu um alerta para fortes rajadas de ventos no final da manhã de ontem e divulgou nas redes sociais ocorrências de queda de árvores nos municípios de Vera Cruz, Guareí, Ribeirão Bonito, Caieiras Ferraz de Vasconcelos, Araçatuba, Matão, Rendeção da Serra, Vargem Grande Paulista, Fernandópolis, Osasco, Guaratinguetá, Botucatu, Santa Cruz do Rio Pardo, Elisário, Ibaté, Biritiba, Guapiara, Oscar Bressane e Barra Bonita.

Na capital, o Instituto Butantan, centro de produção de imunobiológicos ligado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, divulgou nota informando o fechamento do Parque de Ciência em virtude das fortes rajadas de vento.

Além disso, o Hospital São Paulo, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), operou parcialmente ontem, por conta da falta de energia. Ainda de acordo com a instituição, pacientes que não conseguirem ser atendidos terão as consultas ambulatoriais reagendadas.

A forte ventania derrubou até a decoração de Natal da Avenida Paulista. O Papai Noel foi nocauteado pelo vento e tombou. Em nota, a Prefeitura de SP afirmou que por questões de segurança, suspendeu os eventos do Natal Iluminado e fechou todos os parques municipais. (Com agências)

MINHA CASA

Programa de habitação terá ampliação de incentivos

A Câmara Municipal aprovou uma nova lei complementar que redefina as regras urbanísticas para os empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida no Rio de Janeiro. A atualização moderniza a legislação vigente há 16 anos, incorpora incentivos do Plano Diretor de 2023 e cria condições mais favoráveis para implantação de novos projetos habitacionais na cidade. A lei, uma parceria entre a Prefeitura do Rio e a Câmara Municipal, segue agora para sanção do prefeito Eduardo Paes.

O objetivo é facilitar a construção de moradias de qualidade, adequadas às características de cada região, estimulando soluções mais eficientes, sustentáveis e conectadas à infraestrutura existente. A partir dos novos incentivos, o município busca ampliar a oferta habitacional e dar mais previsibilidade aos processos de aprovação.

“Depois de 16 anos, o Rio precisava atualizar as regras do Minha Casa, Minha vida, e este marco entrega exatamente isso. Modernizamos a legislação e direcionamos o crescimento da cidade pra onde já existe infraestrutura. É uma mudança que eleva a qualidade dos projetos habitacionais e cria condições reais para oferecer moradias sustentáveis e integradas ao planejamento urbano”, destaca o prefeito Eduardo Paes **(foto)**.

Nas Áreas de Planejamento 1 (Centro) e 3 (Zona Norte), onde a prefeitura vem concentrando esforços de revitalização – com infraestrutura instalada, oferta de transporte público e serviços, além de políticas como o Reviver Centro e o Reviver Zona Norte – as mudanças fortalecem a vocação dessas regiões para receber moradias.

A ideia é estimular o adensamento planejado em áreas já



TOMAZ SILVA/ABRASIL

preparadas para acolher novos moradores, retomando da vitalidade urbana nessas regiões. A regulamentação também incorpora a Faixa 4 do programa a essas áreas, ampliando o atendimento a diferentes perfis de renda.

Já na Barra da Tijuca e no Recreio, a lei estabelece parâmetros específicos de densidade e aproveitamento dos terrenos, alinhados às características urbanas desses bairros e ao modelo de desenvolvimento da região. O objetivo é garantir previsibilidade, organização do território e harmonia entre novos empreendimentos e a infraestrutura existente.

As mudanças de maior impacto ocorrem na Zona Oeste. A nova lei incentiva modelos de moradia mais adequados ao território, como casas, vilas e loteamentos unifamiliares ou bifamiliares, substituindo a lógica de grandes edifícios. As contrapartidas passam a ser direcionadas para melhorias estruturais nos próprios empreendimentos, como drenagem, pavimentação, iluminação pública e qualificação dos espaços comuns, transformando custos em investi-

mento direto em infraestrutura. O texto também cria regras claras para ordenamento urbano e enfrentamento às ocupações e obras irregulares.

“Esse projeto reformula e fortalece a política habitacional do Rio, estimulando novas moradias populares no Centro e na Zona Norte, áreas da cidade que já têm infraestrutura para recebê-las. Também colocamos ordem em regiões que estão no limite, como Barra, Jacarepaguá e Recreio. E, na Zona Oeste, enfrentamos práticas ilegais e estabelecemos regras que dificultam a ação das milícias que atuam em parte dessas áreas”, destaca o presidente da Câmara, Carlo Caiado (PSD), coautor do texto.

O projeto incorpora ainda mecanismos já utilizados no Licenciamento Integrado, que agilizam a aprovação de propostas por meio de autodeclaração e análise automática para lotes de até 40 mil metros quadrados. Também permite soluções simplificadas de esgotamento sanitário como fossa, filtro, sumidouro ou biodigestor, quando tecnicamente viável, reduzindo prazos e custos operacionais.

“Os projetos de habitação de interesse social precisam ser os mais beneficiados pela lógica do Plano Diretor, que trouxe formas mais modernas de pensar o planejamento urbano. A gente não pode esquecer que há uma alta demanda por moradia da população de baixa renda. Não faz sentido que projetos dessa natureza continuem travados por um conflito normativo ou por uma legislação ultrapassada. Nosso objetivo é destravar e fomentar esses empreendimentos”, afirma o vereador Pedro Duarte (sem partido), autor da proposta original.

A legislação cria uma lógica progressiva de contrapartida, garantindo maior incentivo aos projetos destinados às famílias de menor renda. Dessa forma, empreendimentos das faixas mais baixas serão isentos de cobrança, nas faixas intermediárias a contribuição será reduzida para entre 0,25% e 0,5% do custo total e para as faixas superiores mantêm-se os percentuais já previstos em lei.

O texto também flexibiliza o gabarito para construção de moradias populares em grande parte da cidade, permitindo edificações de até cinco pavimentos, com exceção da Área de Planejamento 5 (Zona Oeste), onde se aplicam regras específicas para ordenamento territorial.

Para garantir a execução das contrapartidas, o habite-se parcial ficará limitado a 50% das unidades até que a área ou equipamento público exigido esteja concluído ou que o responsável quite o valor devido. Além disso, para acessar os benefícios da nova lei, os empreendimentos de habitação de interesse social deverão assegurar que pelo menos 70% das unidades sejam ofertadas dentro do teto de financiamento do Minha Casa, Minha Vida.

BOTAFOGO E LAGOA

Árvores de Natal devem injetar R\$ 90 milhões na economia

A cidade do Rio tem duas grandes árvores de Natal em 2025, na Enseada de Botafogo e na Lagoa Rodrigo de Freitas, que já se tornaram atração na cidade. Estimativas dos organizadores das duas árvores é que 2,15 milhões de visitantes passem pelos dois locais até o fim das temporadas.

Nesse sentido, estimativas da Prefeitura do Rio, por meio da Riotur e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), é que os espetáculos, juntos, tenham um impacto na economia de R\$ 96,9 milhões, ao se levar em consideração o gasto médio de R\$ 45 por pessoa, basicamente com transporte, alimentação e bebida. Esse gasto médio é baseado nos demais estudos elaborados pela SMDE. Turistas que já estão no Rio também são um dos grandes visitantes das árvores.

“As árvores de Natal já fazem parte do calendário da cidade e representam muito mais do que um espetáculo visual. Além de ser emocionante ver famílias inteiras ocupando esses pontos turísticos e celebrando juntas, superar a marca de 2 milhões de pessoas mostra que o Rio vive um ciclo muito positivo de valorização do turismo. Cada iniciativa bem-sucedida fortalece a economia da cidade e reafirma nosso papel como destino líder no país”, disse o presidente da Riotur, Bernardo Felows.

Na Enseada de Botafogo, a primeira edição do projeto Natal do Rio transforma um

dos cenários mais emblemáticos da cidade em espaço de celebração, cultura e encontros. A árvore flutuante de 80 metros de altura é iluminada por mais de 2,3 milhões de luzes de led. Além do palco principal, no espaço tem a vila gastronômica, que reúne diversas operações gastronômicas em formato de food trucks. Ela foi inaugurada no dia 30 de novembro e ficará até 6 de janeiro, com programação cultural gratuita distribuída ao longo dos finais de semana, incluindo apresentações musicais, espetáculos de luzes, ballet de águas e atividades voltadas para famílias e crianças, com expectativa de que o projeto receba mais de 650 mil visitantes até o fim da temporada.

“Os números mostram que eventos como esse atraem muitos cariocas e turistas, o que ajuda a aquecer a economia da cidade, gerando muitas oportunidades nesse setor de serviços”, analisou o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Osmar Lima.

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, após cinco anos, o Rio de Janeiro ganhou de volta a tradicional Árvore de Natal em seu palco original. Marca registrada das festividades na cidade e reconhecida como símbolo do Natal no país, a Árvore do Rio foi acesa no último sábado. Com 60 metros de altura, a árvore foi projetada para estar em total harmonia com a Lagoa e seu entorno. Para a iluminação foram instalados mais de 20 quilômetros de led e neon flex.

NITERÓI

Obras de drenagem em Charitas estão chegando ao fim

A Prefeitura de Niterói está próxima de terminar as obras de macrodrenagem nas ruas de Charitas, na Zona Sul da cidade. Com os trabalhos na fase de conclusão na Avenida Prefeito Silvio Picanço e nas ruas Murilo Portugal, Juiz Alberto Nader, Madre Maria Victória e Clotilde Linhares Pinsky, foram eliminados os pontos de alagamentos no trecho entre o restaurante Chalé e o Cemitério São Francisco Xavier. Na terça-feira, o prefeito Rodrigo Neves realizou uma vistoria no local. As ruas já foram abertas ao trânsito.

“Essa é uma obra que traz mais qualidade urbana, mais qualidade de vida e menos transtorno para o cidadão. Nosso objetivo era concluir antes do fim do ano para evitar tanto os impactos da obra quanto os problemas de enchentes nos dias mais chuvosos”, afirmou Rodrigo Neves.

O prefeito explicou que as obras começaram durante o período de férias escolares do meio do ano, reduzindo impactos no trânsito e na rotina da população. Trechos executados na praia também foram concluídos rapidamente para minimizar transtornos. O cronograma foi estruturado para que toda a intervenção estivesse pronta antes

do Natal e do período mais intenso de chuvas.

Os trabalhos incluíram a instalação de novas redes de águas pluviais e requalificação das calçadas e do asfalto. As vias estão com o trânsito liberado. A maior galeria mede cerca de 500 metros de extensão, 2,75 metros de base e 1,20 metros de altura.

Está em andamento a instalação de piso intertravado na calçada sobre a garagem subterrânea e para a recomposição do asfalto na rua lateral do Cemitério São Francisco Xavier.

O projeto de macrodrenagem de Charitas promove a substituição do sistema atual, considerado insuficiente para atender à demanda da região, com a implantação de galerias de águas pluviais retangulares e circulares, dimensionadas conforme critérios técnicos para mitigar os alagamentos. O deságue é feito na Baía de Guanabara. O investimento total na obra é de R\$ 13,4 milhões.

Em 2024, foram concluídas as obras de macrodrenagem da Bacia B, que abrange o trecho entre as ruas Armando Lopes e Juiz Alberto Nader. Nessa etapa, foram implantadas uma ciclovia no canteiro central e novas pistas de retorno nos dois sentidos da via.

Nota

RIOLUZ AMPLIA COBERTURA NAS COMUNIDADES

A RioLuz mantém 14 equipes atuando diariamente com foco exclusivo no atendimento às comunidades, assegurando maior agilidade e ampla cobertura nas demandas locais. Até o momento, em 2025, a empresa já realizou mais de 6.350 atendimentos, sendo que cada demanda pode envolver diversos serviços no mesmo dia, como substituição de luminárias, reparo de cabos, manutenções preventivas e corretivas. Esse modelo de operação otimiza o tempo de resposta e amplia o impacto das ações realizadas.As solicitações podem ser feitas por diversos canais.

ALERJ

CDHC registra 383 denúncias de violações de direitos humanos

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) registrou até 7 de novembro deste ano 203 atendimentos, que resultaram em 383 denúncias de violações de direitos humanos. A comissão é responsável por receber denúncias, orientar encaminhamentos e acompanhar cada caso.image.pngimage.png

Segundo o relatório, o volume representa uma média de 1,5 atendimento por dia. O número de denúncias se manteve estável em relação ao mesmo período de 2024, com 385 denúncias.

Neste ano, a comissão apurou a coleta e a classificação dos dados, criando novas categorias e qualificando melhor os contextos de violação. Pela primeira vez, demandas sociais ou jurídicas deixaram de ser as categorias mais frequentes entre as denúncias.

Em seu lugar, destacam-se violações de acesso à saúde, que somaram 23 registros, abrangendo desde dificuldades de acesso à rede pública até problemas com administração de medicamentos. “A categoria de saúde mental também se destacou, registrando 21 casos, refletindo consequências psicológicas acumuladas por violações reiteradas”, diz o levantamento.

O levantamento aponta que os dados raciais reforçam o padrão histórico de concentração de violações contra a população negra. Foram registradas 93 violações contra pessoas pretas, distribuídas em 44 atendimen-



FERNANDO GRAZÃO/ABRASIL

tos, representando 50,5% e 48,4% do total, respectivamente. Agregando pretos e pardos, totalizam-se 128 violações em 61 atendimentos, o equivalente a 69,5% e 67,1% dos registros.

Nos acompanhamentos, a tendência se repetiu: foram 75 violações contra pessoas pretas em 19 casos, chegando a 116 quando incluídas pessoas pardas. No comparativo entre 2024 e 2025, houve aumento da proporção de violações envolvendo pessoas pretas e pardas, passando de 67,2% para 69,5%.

O relatório também indicou predominância de violações ocorridas no sistema prisional, tanto nos atendimentos quanto nos acompanhamentos. A maioria das vítimas atendidas é composta por homens entre 25 e 29 anos. Quanto ao tipo de violador, prevaleceram denúncias

cometidas por pessoas físicas, seguidas por agentes do governo estadual.

A CDHC da Alerj também reforça, no relatório, o desafio constante de atuação frente às operações policiais no estado. Segundo a presidente da comissão, deputada estadual Dani Monteiro (Psol) **(foto)**, um significativo número de ofícios foi enviado a órgãos públicos para monitoramento de ações de segurança, mas apenas uma pequena parcela recebeu retorno, e mesmo assim nem sempre essa resposta é qualificada.

“Uma das faces mais vergonhosas e deploráveis do silêncio institucional é a falta de respostas aos nossos ofícios. No entanto, nós não vamos silenciar. Seguiremos registrando, acompanhando, fiscalizando e insistindo, pois fiscalizar é inerente à proteção da vida. Lutar pelos di-

reitos humanos é lutar pela proteção de todas as vidas”, disse a parlamentar.

Para a deputada, essa limitação compromete a transparência e o controle público sobre práticas que impactam diretamente a vida de moradores de favelas e periferias. Dani ressalta que os dados do relatório não são números frios ou estatísticas abstratas, pois representam as histórias reais de quem enfrenta, todos os dias, a negligência do Estado e a violência institucional.

“O relatório de 2025 é categórico: ele reafirma a presença cotidiana da violência de Estado, a sobrecarga dos serviços essenciais, a fragilidade das políticas sociais e o impacto desproporcional dessas violações sobre pessoas negras, jovens e moradores de territórios vulnerabilizados”, concluiu.

RELATÓRIO

CCJ da Câmara aprova cassação da deputada Carla Zambelli



REPUBLICANOS

FABIOLA SINIMBÚ / ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados rejeitou por 32 votos a 27 o relatório do deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) (**foto**), que se posicionou contrário à cassação da deputada Carla Zambelli, do PL de São Paulo.

A decisão levou à escolha e à aprovação de um novo relatório, do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que votou pela perda do mandato de Zambelli. A parlamentar foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a dez anos de prisão, multa e a perda do mandato por invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A cassação depende do aval do plenário da Câmara, que terá a palavra final sobre o futuro da parlamentar. Para que a deputada seja cassada, é necessária a maioria absoluta de votos favoráveis, o que corresponde a pelo menos 257 votos dos 513 parlamentares da Casa.

Durante o debate da CCJ, Carla Zambelli, que está presa na Itália, fez sua defesa por ligação de vídeo. Antes de ter a prisão decretada, a deputada fugiu para Itália, onde foi pre-

sa e aguarda decisão da Justiça italiana sobre o pedido de extradição feito pelo Brasil.

No último dia 2, o relator do processo de cassação da deputada na CCJ, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), emitiu parecer contrário à perda de mandato da parlamentar, com base em um laudo apresentado por perícia contratada pela defesa. Na mesma sessão, o processo de votação do relatório foi interrompido após pedido de vista coletivo.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), chegou a declarar que entraria com um mandato de segurança no STF para que a Mesa Diretora cumprisse a determinação da Corte.

Na última terça-feira, antes da aprovação do projeto de lei que prevê a redução de penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de estado, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que levaria ao plenário os processos contra Carla Zambelli e Delegado Ramagem (PL-RJ), já condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e o do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ).

COP 30

Preço da hospedagem em Belém quase triplicou em novembro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O preço da hospedagem na região metropolitana de Belém subiu 178,93% no mês de novembro. A explicação está no fato de a capital paraense ter se tornado praticamente a capital mundial das questões climáticas no mês passado.

A cidade sediou a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), de 10 a 22 de novembro. Antes disso, recebeu a Cúpula do Clima, nos dias 6 e 7, encontro internacional que reuniu chefes de Estado e de governo.

A inflação da acomodação em Belém ficou muito acima da registrada no Brasil como um todo, em novembro (4,09%).

Os dados fazem parte do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, confirma que a COP30 é a explicação para a explosão de

preços de hospedagem em Belém. “178% é realmente bem expressivo”, avalia.

Os valores pedidos pelos donos de quartos em Belém foi uma das preocupações dos organizadores da COP30. Algumas delegações chegaram a diminuir o envio de representantes.

O gerente do IBGE esclarece que o aumento registrado no IPCA de novembro se refere especificamente ao custo naquele mês. Não entra na conta gastos com hospedagens pagas antecipadamente.

De acordo com a metodologia do IPCA, a inflação na região metropolitana de Belém tem peso de 3,94% na inflação do país. A Grande São Paulo tem o maior peso, 32,28%. Isso significa que se o impacto no preço das hospedagens fosse em São Paulo, o resultado seria muito mais sentido na inflação geral do país.

“Belém teve uma pressão na inflação [nacional], mas não tão expressiva, por exemplo, como se fosse São Paulo”, diz Fernando Gonçalves.

DECISÃO

Justiça suspende benefícios vitalícios de Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Justiça Federal em Minas Gerais determinou ontem a suspensão dos benefícios vitalícios concedidos a Jair Bolsonaro depois que ele deixou a presidência da República.

Com a decisão, assessores e veículos oficiais que foram colocados à disposição de Bolsonaro após ele deixar o cargo, em 2022, deverão ser suspensos pelo período em que o ex-presidente estiver cumprindo pena em regime fechado pela condenação na ação penal da trama que pretendia impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência.

Bolsonaro está preso em uma sala da Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, onde cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão.

A decisão foi motivada por uma ação protocolada pelo vereador Pedro Rousseff (PT-MG).

O parlamentar pediu a suspensão dos benefícios, que são custeados pela Presidência da República e concedidos a todos os ex-presidentes.

Conforme a Lei 7.474/1986, ex-presidentes têm direito a quatro servidores para atuarem na área de segurança, apoio pessoal e assessoramento, além de dois carros oficiais com motoristas.

Na ação, o vereador argumentou que os gastos com equipe de Bolsonaro no primeiro semestre deste ano foram de R\$ 521 mil. Desde 2023, os gastos já somam R\$ 4 milhões, segundo o político.

Ao analisar o caso, o juiz federal Pedro Pereira Pimenta entendeu que a continuidade dos benefícios pode provocar prejuízos aos cofres públicos.

“Registra-se que, se se mantém, com ônus para o erário, uma estrutura pessoal e logística desvinculada das finalidades

que justificaram sua instituição, como dito, afronta aos princípios da legalidade, da moralidade administrativa”, disse o magistrado.

Cabe recurso contra a decisão.

CIRURGIAS

A defesa de Jair Bolsonaro pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que o ex-presidente seja autorizado a deixar a prisão para se submeter a cirurgias indicadas por seus médicos. O pedido foi enviado ao ministro na noite da última terça-feira.image.pngimage.png

Os advogados de Bolsonaro afirmam que o ex-presidente apresentou piora no seu estado de saúde e pedem que ele seja levado imediatamente ao Hospital DF Star, em Brasília. Segundo a defesa, a internação deve durar de cinco a sete dias.

“Conforme informado pelo médico responsável pelo tratamento do peticionário, o ex-presidente precisa passar por cirurgia tanto para tratamento do quadro de soluços, sequela das cirurgias já registradas nos autos, como em razão da piora do diagnóstico de hérnia inguinal unilateral, que também indica a necessidade de intervenção cirúrgica”, disse a defesa.

Os advogados também voltaram a pedir a Moraes que Bolsonaro cumpra prisão domiciliar. Segundo a defesa, o ambiente prisional é incompatível com a condição de saúde do ex-presidente.

“A prisão domiciliar é modalidade de cumprimento de pena destinado àqueles cuja prisão em regime fechado pode colocar em risco sua integridade física por motivos médicos”, completou a defesa.

Não há prazo para Alexandre de Moraes decidir a questão.

FALTAS

Motta notifica Eduardo Bolsonaro sobre possível perda do mandato

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), notificou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) sobre o processo administrativo contra ele que pode determinar a perda do mandato por número de faltas.

Em março deste ano, Eduardo Bolsonaro pediu licença do mandato por 120 dias e foi morar nos Estados Unidos com a família. Ele alegou perseguição política. Desde o dia 20 de julho,

quando a licença terminou, o deputado não comparece às sessões.

Segundo o documento oficial expedido por Motta na última terça-feira), a decretação de perda do mandato pode ocorrer por ele “ter deixado de comparecer, na presente sessão legislativa, à terça parte das sessões deliberativas da Câmara dos Deputados”. Essa regra está expressa no parágrafo 3º do artigo 55 da Constituição

A notificação indica que o parlamentar pode se manifestar, de forma escrita, no prazo de

cinco dias úteis.

Em postagem no Instagram, o deputado Eduardo Bolsonaro criticou o processo que pode cassar o mandato dele. Ele afirmou que o processo pode desrespeitar os mais de 700 mil votos que ele teve ao “cassar um parlamentar inocente”.

Eduardo disse que só não está no Brasil porque não pode retornar. “Isso seria, sim, o bloqueio total do fim que me resta das minhas atividades parlamentares, que está na parte da diplomacia legislativa”, diz.

No vídeo, ele também acusa

o ministro Flávio Dino (do Supremo Tribunal Federal) por bloquear as emendas parlamentares de sua autoria, mesmo ainda em mandato.

O deputado é réu no STF pelo crime de coação. Em setembro, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do parlamentar junto às autoridades estadunidenses para fazer pressão sobre o julgamento que condenou seu pai por tentativa de golpe de estado.

8 DE JANEIRO

Câmara aprova projeto que reduz penas pelos atos de 8 de janeiro

DA AGÊNCIA BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê a redução de penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de estado, como o ex-presidente Jair Bolsonaro. A proposta foi aprovada em plenário por 291 votos a 148 e será enviada ao Senado.

O texto aprovado na madrugada de ontem é um substitutivo do relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), ao Projeto de Lei 2162/23, do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) e outros.

O substitutivo determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O texto original previa anistia a todos os envolvidos nos atos de 8 de janeiro e dos acusados dos quatro grupos relacionados à tentativa de golpe de estado julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mas esse artigo foi retirado do projeto.

Se virar lei, a nova forma de soma de penas deve beneficiar todos os condenados da tentativa de golpe de Estado, como aqueles do grupo principal, no qual estão incluídos Jair Bolsonaro, ex-presidente da República; Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; e Alexandre Ramagem, deputado federal.

Esse grupo foi condenado a penas que variam de 16 a 24 anos em regime fechado pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), em caráter definitivo, em 25 de novembro deste ano. Outras penas de detenção devem ser cumpridas depois daquelas de reclusão.

Como a lei pode retroagir para beneficiar o réu, a nova regra implicaria revisão do total para esses dois crimes, prevalecendo a pena maior (4 a 12 anos) por tentativa de golpe de estado.

Agravantes e atenuantes ainda serão aplicáveis sobre o cálculo.

Parlamentares da oposição preveem, para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que o total da redução pode levar ao cumprimento de 2 anos e 4 meses em regime fechado em vez dos 7 anos e 8 meses pelo cálculo atual da vara de execução penal.

A conta final, no entanto, cabe ao Supremo definir e pode depender de ser validado o uso de trabalho e estudo em regime domiciliar para diminuição dos dias de prisão.

A diferença também é influenciada pela mudança nas regras de progressão de regime fechado para semiaberto feita pelo relator. Atualmente, exceto para condenados por crimes hediondos, o réu primário obtém

progressão de pena se cumprir 16% dela em regime fechado, mas o crime não pode ter sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

Como os crimes de tentativa de golpe e abolição do Estado Democrático são tipificados com a característica de “violência ou grave ameaça”, Paulinho da Força muda o texto da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para fazer valer os 16% de regime fechado para crimes com ou sem violência ou grave ameaça.

Sem a mudança, a progressão ocorreria apenas com o cumprimento de 25% da pena pelo réu primário. Para os reincidentes, o índice de cumprimento no regime fechado passa de 30% para 20%.

Esses 25% valerão apenas para o réu primário condenado por crimes contra a vida (título I do Código Penal) e contra o patrimônio (título II do Código Penal) praticados com violência ou grave ameaça.

Já a reincidência, na mesma situação de crimes contra a vida ou o patrimônio, continua implicando cumprimento de 30% da pena para a progressão.

O relator propõe ainda que a realização de estudo ou trabalho para reduzir a pena, como permitido atualmente no regime fechado, possa valer no caso da prisão em regime domiciliar.

Sobre esse tema, principalmente o Superior Tribunal de Justiça (STJ) produziu jurisprudência permitindo essa prática, contanto que comprovada e que possa ser fiscalizada.

REGISTRO CIVIL

País registra grande queda no número de nascimentos

ROBERTA JANSEN/AE

O Brasil registrou uma queda expressiva no número de nascimentos no ano passado, segundo revelam novos números do Registro Civil divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o instituto, a queda ocorrida em 2024 superou as projeções: foi de 5,8% em relação ao ano anterior, a maior registrada desde o início dos anos 1990.

De acordo com os dados, no ano de referência de 2024, foram feitos 2.442.726 registros de nascimentos em cartórios no Brasil, 146.366 a menos do que em 2023. É o sexto ano consecutivo de queda da natalidade. Mas a redução registrada no ano passado foi maior do que a de 2020 (4,7%), quando o país enfrentava a pandemia de Covid-19; e do que a de 2016 (5,1%), quando um surto de Zika resultou no nascimento de crianças com má formação.

Os técnicos do IBGE não sabem explicar exatamente por que a queda foi tão acentuada - isso ainda depende da divulgação de microdados do Censo 2022 que estão atrasados. Mas explicam que o resultado segue a tendência da queda da natalidade (número de nascimentos), da redução da fecundidade (número de filhos por mulher) e do envelhecimento da população. De acordo com as projeções do próprio IBGE, em 2042 a população brasileira começará a diminuir.

Um outro fator é a redução da maternidade na adolescência

Guarda compartilhada de filho supera a guarda da mãe pela primeira vez

Roberta Jansen/AE

Pela primeira vez, a guarda compartilhada de filhos após o divórcio supera a guarda dada exclusivamente para a mãe. É o que revela a pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada ontem.

A Lei 13.058, de 2014, estabeleceu que a guarda compartilhada dos filhos deveria ser priorizada nos acordos de divórcio feitos no país. Naquele ano, em 85% dos casos, a guarda dos filhos ficou com a mãe, 5,5% com o pai e 7,5% com ambos. (Em 1% dos registros de divórcio dos casais com filhos não havia a informação sobre a guarda e em 0,9% a guarda foi concedida a uma terceira pessoa).

Dez anos depois da aprovação da lei, em 2024, em 42,6% dos casos a guarda dos filhos foi dada à mãe, em 2,8% ao pai e em 44,6% a ambos, mostrando que a nova legislação foi aprovada pela população, na análise dos especialistas do IBGE. (Em 9,25 dos registros não havia informação sobre a guarda e em 0,8% ela foi concedida a uma terceira pessoa).

A pesquisa registrou em 2024 um total de

9.428.301 divórcios entre pessoas de sexos diferentes concedidos em primeira instância ou realizados por escrituras extrajudiciais, o que representa uma redução de 2,8% em relação ao total contabilizado em 2023.

De forma geral, nos últimos anos, o número de divórcios vem aumentando. Segundo os técnicos do IBGE, a queda registrada no ano passado ainda não é suficiente para indicar uma mudança dessa tendência.

Ainda assim, o número de casamentos apresentou um ligeiro aumento no ano passado. Em 2024 foram realizados 948.925 registros de casamento, um aumento de 0,9% em relação ao ano anterior. Desse total, 12.187 foram entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2016 a tendência registrada era de queda nos números de casamentos. Segundo os técnicos do IBGE, o aumento registrado no ano passado ainda não é suficiente para indicar uma mudança dessa tendência.

No entanto, a pesquisa também revela que os casamentos estão durando cada vez menos no Brasil. Há 20 anos, a média de duração de um casamento no Brasil era de 17,1 anos. Em 2014 o número caiu para 14,7 e, no ano passado, para 13,8.

(de 20,8% para 11,3%, nos últimos 20 anos) e o fato de muitas mulheres estarem adiando a maternidade.

De fato, segundo os novos números, em 2004, cerca de 52% dos nascimentos eram de mães com até 24 anos de idade. Em 2024, essa proporção caiu para 34,6%. Ou seja, as mulheres estão esperando mais tempo para serem mães, o que pode alterar

os indicadores momentaneamente.

Da mesma forma, os números do Registro Civil revelam um aumento significativo do número de mortes anuais. Em 2024 foi registrado um aumento de 4,6% nos óbitos, o que significa, em números absolutos, um acréscimo de 65.811 registros em relação a 2023. A expectativa de vida no País é de 76,6 anos.

Considerando a natureza do óbito, em 2024, 90,9% das mortes foram classificadas como por causas naturais; 6,9%, por causas externas; e, em 2,2% delas, não foi possível obter informação. O aumento ocorreu em todas as regiões. De acordo com os especialistas, o aumento já era esperado e está diretamente relacionado ao envelhecimento da população.

PROPOSTAS

PEC da segurança pública entra na pauta de votação da Câmara

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

O Plenário da Câmara dos Deputados deve votar na próxima terça-feira o relatório substitutivo à proposta de emenda constitucional da Segurança Pública (PEC-18). Ontem, a comissão especial na Câmara trouxe argumentos favoráveis e contrários ao parecer do relator da matéria, o deputado Mendonça Filho (União-PE). Outras sugestões ao texto final podem ser enviados até a votação.

Entre as propostas previstas no parecer, estão a ampliação da competência da Polícia Federal, a previsão de um referendo popular sobre a redução da maioridade penal para menores envolvidos no crime organizado e crimes violentos e a autorização para medidas cautelares que busquem asfixiar empresas envolvidas com facções criminosas, como expropriação de bens de empresas.

O relator também é a favor da proibição do bloqueio ou contingenciamento de recursos da União destinados à área da segurança. Ele manteve a constitucionalização prevista no texto original do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Hoje, esses fundos são o principal mecanismo de financiamento federal para a segurança pública.

No parecer de Mendonça Filho, está prevista a ampliação de fontes de financiamento de políticas públicas de combate ao crime organizado, com distribuição de recursos para estados e municípios.

Segundo o relator informou na última terça-feira, a proposta amplia as fontes de financiamento para a área da segurança e, conforme previa o texto origi-



AGÊNCIA CÂMARA

nal do Executivo, constitucionaliza os Fundos Nacionais de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Nacional Penitenciário (Funpen).

O deputado Jorge Solla (PT-BA) destacou a necessidade, no projeto, da criação de uma instância interfederativa, como estava previsto no projeto original encaminhado pelo governo em abril. Um sistema único de segurança pública, com responsabilidades compartilhadas, como ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS). “Acho que essa é uma lacuna”, disse.

Em resposta, o relator, Mendonça Filho, disse que os pontos essenciais da proposta original do governo foram contemplados. “O que eu defendo é cooperação e integração, cada um cuidando das suas responsabilidades”, afirmou. Ele defendeu que cabe ao governo central o com-

bate ao tráfico internacional de armas e de drogas, e às facções que atuam em zonas de fronteira e zonas interestadual.

Pela oposição ao governo, o deputado Capitão Alden (PL-BA) disse que “esperava mais” do texto da PEC, já que na opinião dele não está previsto o piso salarial de policiais. Ele criticou ainda o item que prevê a criação da polícia municipal comunitária, e regras de transição para os guardas municipais se tornarem policiais.

Pela proposta de Mendonça Filho, a Polícia Federal, além de atuar contra crime organizado e milícias, vai combater crimes ambientais. Mendonça Filho também propôs a criação da polícia municipal comunitária, com foco na proteção comunitária e regras específicas, e regras de transição para os guardas municipais se tornarem policiais.

O parlamentar também defendeu autorização para compartilhamento de dados contra crime organizado e de medidas cautelares para expropriação patrimonial de pessoas jurídicas que se envolvam com facções letivas e perigosas.

Outra proposta do relator é a de um referendo nacional sobre redução da maioridade, em 2028, para menores envolvidos em crime organizado e crimes violentos.

Mendonça Filho também apresentou proposta com objetivo de alterar a gestão de presídios. O texto cria o Sistema de Políticas Penais para definir regime disciplinar interno, aplicar sanções e regulamentar visitas. O parecer também aumenta a competência da Polícia Penal para atuar como polícia administrativa, para controlar presos e gerir o sistema prisional.

IMPOSTOS

Câmara aprova regras mais duras de combate à sonegação

FLÁVIA SAID E VICTOR OHANA/AE

Por 436 votos a dois, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou no final da noite de terça-feira o projeto do "devedor contumaz", que endurece as regras de combate à sonegação de impostos, de forma a coibir o uso da inadimplência fiscal como estratégia de negócio. Todos os partidos orientaram a favor da matéria. Votaram pela rejeição os deputados Marx Beltrão (PP-AL) e Flávio Nogueira (PT-PI). O presidente da Casa não votou, por impedimento regimental.

Os deputados também rejeitaram as emendas de plenário, que não foram acolhidas pelo relator, deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), sob alegação de que elas não integram o acordo político construído. Como não houve alterações em relação ao texto aprovado pelo Senado, o projeto segue à sanção presidencial.

O resultado foi proclamado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), depois das 23h de terça-feira, após um dia de polêmicas, com a ocupação da cadeira da Presidência, seguida de posterior expulsão, do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), além de agressões contra parlamentares e jornalistas. Glauber protestou contra o processo do qual é alvo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que pode culminar em sua cassação.

De autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 125/2022 foi aprovado por unanimidade pelo Senado em setembro, sob relatoria do senador Efraim Filho (União-PB).

O relator na Câmara manteve o texto aprovado pelo Senado para acelerar a remessa à sanção. "O PLP nº 125/2022 representa passo decisivo para a modernização da gestão fiscal brasileira, equilibrando a repressão à fraude com o fomento à conformidade cooperativa", destacou Rodrigues em seu relatório.

O presidente Hugo Motta chegou a sugerir que não houvesse discussão da matéria, tendo em vista o consenso em torno dela, mas os deputados pediram para discutir o texto ainda assim.

"Essa matéria é fruto desse conjunto de articulações que nós fizemos, é fundamental para o país, porque combate a sonegação e privilegia aqueles que pagam e contribuem", elogiou o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), ressaltando que a matéria tem grande impacto nas contas públicas.

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) disse que há ampliação excessiva da parte relacionada, que tem o potencial de envolver terceiros "de maneira injusta". "Qualquer pessoa física que se relacione com o devedor contumaz corre risco por conta deste escopo ampliado e dessa subjetividade. A gente acha que isso é um risco, mas a gente resolveu não fazer por destaque, fazer por projeto", argumentou ela, dando apoio ao texto.

O projeto cria regras gerais para a identificação e o controle de devedores contumazes - contribuintes que não pagam seus débitos de forma intencional e reiterada. O objetivo principal é combater o crime organizado, e o texto ganhou novo impulso após a deflagração da Operação Carbo-noculto, a maior já feita para combater a infiltração do crime organizado na economia formal do país.

Frente a recentes fraudes descobertas pela Carbono Oculto, que identificou lavagem de dinheiro via fundos de investimentos com o envolvimento de distribuidoras de

combustível usadas pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), o Senado introduziu uma inovação. Foi inserido um trecho que estipula valores mínimos de capital social para empresas interessadas em atuar no setor de óleo e gás, além da proibição do fim da extinção automática da punibilidade pelo pagamento do tributo.

INADIMPLÊNCIA

O projeto caracteriza devedor contumaz como "o sujeito passivo, na condição de devedor principal ou de correspondente, cujo comportamento fiscal se caracteriza pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos". O enquadramento deverá ser notificado com antecedência às empresas, que terão 30 dias para regularizar sua situação ou apresentar defesa.

Em âmbito federal, o devedor contumaz é definido como o contribuinte com dívida injustificada, de valor igual ou superior a R\$ 15 milhões e equivalente a mais de 100% do seu patrimônio conhecido. Em âmbito estadual e municipal, o texto considera como devedor contumaz quem tem dívidas com os fiscos de forma reiterada (por pelo menos quatro períodos de apuração consecutivos ou seis alternados no prazo de um ano) e injustificada.

Os valores estaduais e municipais serão definidos por cada ente. Caso isso não ocorra, será aplicada a mesma regra prevista para a esfera federal. Devedores não serão caracterizados como contumazes em situações específicas, como a de calamidades públicas reconhecidas.

As empresas classificadas como devedoras contumazes terão o CNPJ baixado em determinadas hipóteses, como quando a empresa tiver sido constituída para a prática de fraude, conluio ou sonegação fiscal; ou for fraudulentamente constituída, gerida, dirigida ou administrada por interpostas pessoas - "laranjas".

Também não poderão usar benefícios fiscais, participar de licitações, ter vínculo com a administração pública ou propor recuperação judicial. Além disso, poderá ser considerado inapto no cadastro de contribuintes, restringindo a atuação da empresa. As regras serão obrigatórias em todo o território nacional e deverão ser seguidas por União, estados e municípios.

IMPACTO ESTIMADO

Um estudo da Receita Federal aponta uma dívida de R\$ 200 bilhões por parte de 1.200 CNPJs durante a última década. O próprio Fisco considera que esse valor não pode ser recuperado, mas o projeto visa coibir esse tipo de prática no futuro.

A expectativa é de recuperação de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões a cada ano, gradualmente, quando recursos dos devedores contumazes voltarem a circular no mercado formal, a partir da eventual aprovação do texto.

Caberá à Secretaria Especial da Receita Federal incluir o devedor contumaz nos cadastros administrados por ela. As listas dos devedores contumazes serão divulgadas no site da Receita Federal e pelas administrações tributárias estaduais e municipais.

Estados e municípios terão de informar o Ministério da Fazenda sobre a inclusão ou a exclusão de devedores contumazes. No Senado, foi adicionado um trecho para determinar que o devedor contumaz não possa escapar da responsabilização penal apenas quitando os débitos tributários. Ou seja, a extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo não valerá para o devedor contumaz.

ÁSIA

Conflito entre Camboja e Tailândia afeta mais de 500 mil pessoas

ASSOCIATED PRESS

Os confrontos entre o Camboja e a Tailândia seguem sem sinais de trégua deixando centenas de milhares de deslocados em ambos os países. Cerca de 400 mil pessoas fugiram das áreas afetadas na Tailândia enquanto o Camboja deslocou ontem mais de 127 mil moradores.

Na terça-feira, três soldados tailandeses e sete civis cambojanos morreram durante os conflitos que foram retomados no último domingo.

A disputa entre Tailândia e Camboja envolve uma divergência centenária sobre fronteiras definidas no período colonial francês, com ambos os países reivindicando a soberania de templos antigos na região de divisa.

Em julho, um conflito de cinco dias deixou 43 mortos e quase 300 mil deslocados, antes de uma trégua entrar em vigor. O cessar-fogo, ratifica-

do em outubro com mediação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi suspenso pela Tailândia semanas depois, após a explosão de uma mina que feriu soldados.

Nesta semana, os confrontos deixaram baixas em ambos os países. As Forças Armadas da Tailândia informaram a morte de cinco soldados e dezenas de feridos, enquanto o Camboja registrou sete civis mortos e 20 feridos, sem atualizar os números de ontem.

O impacto do conflito ultrapassou, inclusive, o campo militar e civil. Como consequência, toda a equipe do Camboja foi retirada dos 33º Jogos do Sudeste Asiático, que começaram na última terça-feira na Tailândia. Em comunicado o Comitê Olímpico Nacional do Camboja expressou pesar pela decisão, ressaltando, porém, a prioridade das famílias dos atletas pela segurança.

MARROCOS

Desabamento de prédios deixa ao menos 22 mortos em Fez

AE

Dois prédios de quatro andares desabaram na noite da última terça-feira na cidade marroquina de Fez, deixando ao menos 22 pessoas mortas no segundo desabamento fatal ocorrido neste ano, informaram ontem as autoridades do Marrocos.

A agência de notícias estatal do país informou que os dois prédios residenciais abrigavam oito famílias. Dezesseis pessoas ficaram feridas no desabamento e foram encaminhadas para um hospital próximo para receber tratamento. As autoridades disseram que o bairro foi isolado e que as buscas e o resgate continuavam.

Não estava claro o que causou o desabamento ou quantas pessoas estavam desaparecidas na manhã de ontem, pelo horário local.

Fez é a terceira cidade mais populosa de Marrocos e uma das sedes da Copa Africana de Nações deste mês e da Copa

do Mundo de 2030. É mais conhecida por sua cidade murada, repleta de souks medievais (mercados). Mas, além do turismo, é também um dos centros urbanos mais pobres do país, onde a infraestrutura precária é comum em muitos bairros.

Outro desabamento em maio matou dez pessoas e feriu outras sete em um prédio que já estava programado para ser isolado, de acordo com o portal marroquino Le360. Os códigos de construção muitas vezes não são aplicados em Marrocos, especialmente em cidades antigas onde é comum encontrar prédios residenciais antigos.

A falta de serviços básicos foi um dos principais focos dos protestos que tomaram conta do país no início deste ano, com manifestantes criticando o governo por investir em novos estádios em vez de combater a desigualdade na saúde, educação e outros serviços públicos. (Com agências internacionais).

ESPAÑHA

PF investiga organização que aliciava mulheres no Brasil

ELAINE PATRICIA
CRUZ/ABRASIL

Uma operação deflagrada ontem pela Polícia Federal investiga uma organização criminosa responsável por aliciar e traficar mulheres no Brasil para exploração sexual na Europa.image.pngimage.png

Quatro pessoas foram presas durante a operação e oito mandados de busca e de apreensão foram cumpridos na capital paulista e nas cidades de Ubatuba (litoral paulista), Jundiáí (SP), São Pedro (SP) e Rio das Ostras (RJ). Além disso, duas prisões foram realizadas na cidade espanhola de Álava, com ajuda da Interpol, a

Organização Internacional de Polícia Criminal.

De acordo com a Polícia Federal, os criminosos aliciavam as mulheres no Brasil, providenciavam o transporte delas para o exterior e, na Espanha, elas eram submetidas a ameaças e condições degradantes para exploração sexual. Com esse crime, estima a Polícia Federal, os criminosos movimentaram mais de R\$ 40 milhões.

A investigação foi conduzida em cooperação com a Polícia Nacional da Espanha, por meio do Centro Especializado de Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes da Ameripol.

TARIFAS

Lula e Trump se aproximam de acordo sobre comércio

LAÍS ADRIANA/AE

O representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, sinalizou ontem que houve avanço nas negociações comerciais com o Brasil, ao participar de sessão de perguntas e respostas em evento do Atlantic Council.

Segundo ele, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Donald Trump, dos EUA, tiveram "conversas construtivas sobre o comércio recentemente", citando como

exemplo a inclusão do Brasil nas isenções tarifárias sobre cacau e café.

Greer ponderou que nem todos os problemas foram resolvidos, mas que há coisas que os brasileiros "podem fazer" para alcançar mais concessões em relação a tarifas. "O Brasil é um bom parceiro para os EUA, mas também é um competidor, principalmente na agricultura", disse, ecoando comentários feitos na véspera. "Eles possuem muitas barreiras tarifárias e não-tarifárias para bens norte-americanos, e o presidente Trump também se preocupa so-

bre outras questões de política externa".

Entre as preocupações, Greer citou o que chamou de legislações "utilizadas como arma" contra empresas de tecnologia, "ordens secretas de investigação" contra empresas e indivíduos americanos sem detalhes públicos e prisão arbitrária de americanos. O representante comercial, contudo, não apresentou provas das acusações.

"A segurança nacional é muito importante para nós. Queremos ter uma relação econômica melhor com o Brasil, só assim

podemos discutir concessões", ressaltou.

Questionado sobre a China, Greer descartou preocupações com o acordo comercial com Pequim, afirmando que autoridades de seu país trabalham para descobrir "o que os chineses querem dos EUA" e quais bens podem ser comercializados sem danos para a segurança dos Estados Unidos. O representante disse ainda que vê maior equilíbrio no comércio de bens de consumo e de itens de baixa tecnologia, defendendo que "não há inconsistências" nas novas políticas.

NOBEL DA PAZ

Filha de María Corina Machado lê discurso da mãe em Oslo

AE

Ana Corina Sosa Machado, filha da líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, leu um discurso em nome da mãe durante a cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz, em Oslo, na manhã de ontem.

No texto, ela denuncia o "terrorismo de Estado" do governo do presidente Nicolás Maduro e afirma que é preciso "lutar pela liberdade".

Aludindo a supostos sequestros, torturas e perseguições de membros da oposição, Machado denunciou "crimes contra a humanidade, documentados pelas Nações Unidas" e um "terrorismo de Estado, usado para sufocar a vontade do povo".

"Se queremos democracia, precisamos estar dispostos a lutar pela liberdade", acrescentou.

Ana Corina Sosa Machado aceitou o prêmio em nome de María Corina, que não chegou a Oslo a tempo de participar da cerimônia.

María Corina Machado vive escondida no país e fez sua última aparição pública há 11 meses. Ela não recebeu pessoalmente o prêmio. Na cerimônia, compareceram também a mãe de María Corina Machado e Edmundo González, candidato da oposição na Venezuela.

Antes do início do prêmio, o Instituto Nobel da Noruega divulgou o áudio de uma ligação em que María afirma estar indo para a Noruega, embora não tenha comparecido à cerimônia. "Estarei em Oslo. Estou a caminho neste momento", diz.

Ela não é a primeira a "perder" a cerimônia: cinco laureados estavam detidos ou presos

na época da premiação. O caso mais recente é o da ativista iraniana Narges Mohammadi, ganhadora de 2023, que se opôs ao uso obrigatório do hijab e à pena de morte. Mohammadi estava detida na prisão de Evin, em Teerã, à época da premiação.

María Corina não é vista em público desde 9 de janeiro, quando foi detida depois de participar de um protesto em Caracas, capital da Venezuela. Ela foi anunciada ganhadora do Nobel da Paz em 10 de outubro. O prêmio foi concedido "por seu trabalho incansável na promoção dos direitos democráticos para o povo da Venezuela e por sua luta para alcançar uma transição justa e pacífica da ditadura para a democracia".

Ela venceu as primárias da oposição e pretendia desafiar o

presidente Nicolás Maduro nas eleições presidenciais do ano passado, mas o governo a impediu de concorrer ao cargo. O diplomata aposentado Edmundo González assumiu seu lugar na corrida presidencial.

Mas o período que antecedeu as eleições de 28 de julho de 2024 foi marcado por repressão generalizada, incluindo desqualificações, prisões e violações dos direitos humanos. A situação se agravou após o Conselho Nacional Eleitoral do país, composto por aliados de Maduro, declarar o atual presidente vencedor.

Após a reeleição de Maduro, González buscou asilo na Espanha no ano passado, depois que um tribunal venezuelano emitiu um mandado de prisão contra ele. *(Com agências internacionais)*

ESTADOS UNIDOS

Democrata Eileen Higgins é a primeira prefeita eleita de Miami

GEOVANNA HORA/AE

A democrata Eileen Higgins foi eleita prefeita de Miami (EUA) na terça-feira, com quase 60% dos votos no segundo turno, derrotando o republicano Emilio Gonzalez, apoiado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Eileen é a primeira mulher a ser eleita para o cargo na cidade e a primeira democrata a ocupá-lo desde 1997, quando Xavier Suarez - pai do atual prefeito de Miami, Francisco Suarez - venceu sua última eleição.

Ela é formada em engenharia

mecânica pela Universidade do Novo México e tem especialização em negócios pela Universidade de Cornell.

Antes de concorrer à prefeitura, Eileen atuava como comissária do Condado de Miami-Dade desde 2018. Na época, ela passou a se apresentar aos eleitores como "La gringa" - termo usado por falantes de espanhol para se referir a americanos brancos - porque muitas pessoas tinham dificuldade de pronunciar seu nome.

Um dos principais temas da campanha de Eileen foi sua oposição às políticas anti-imigração de Trump.

Em entrevista ao jornal El País, ela classificou as medidas do republicano como "cruéis" e descreveu sua gestão como "um gotejamento de ódio".

"Trump e eu temos visões muito diferentes sobre como devemos tratar nossos moradores, muitos dos quais são imigrantes", disse "Essa é a força desta comunidade, o fato de sermos um lugar baseado em imigrantes, é isso que nos torna especiais."

Segundo o El País, mais da metade dos residentes do Condado de Miami-Dade são imi-

grantes e cerca de 70% têm origem hispânica. A democrata afirmou que o governo Trump trata esse grupo como "menos que humanos". "Eles não são criminosos. Eles fazem parte desta comunidade, e a comunidade está com medo", disse.

A vitória de Eileen representou mais um revés para os republicanos, que também foram derrotados em eleições para cargos importantes em estados como Nova York, Nova Jersey e Virgínia. A sequência de campanhas bem-sucedidas é interpretada como uma rejeição ao retorno de Trump à Casa Branca.

INGLATERRA

Morre Sophie Kinsella, autora de 'Becky Bloom', aos 55 anos

TALITA FACCHINI/AE

A escritora britânica Madeleine Wickham, conhecida pelo pseudônimo Sophie Kinsella, morreu aos 55 anos. A notícia foi confirmada por sua família à BBC e depois nas redes sociais da autora.

"É com o coração partido que anunciamos o falecimento, esta manhã (ontem), da nossa querida Sophie. Ela faleceu em paz, tendo passado seus últimos dias cercada por seus verdadeiros amores: família, música, cari-

nho, Natal e alegria", diz parte da publicação.

Com mais de 30 livros publicados, Kinsella é autora do best-seller Os Delírios de Consumo de Becky Bloom (Record), que vendeu mais de 45 milhões de exemplares no mundo todo.

Em 2024 a autora anunciou que foi diagnosticada com um glioblastoma - um tipo agressivo de câncer no cérebro - dois anos antes. Desde então havia passado por cirurgia, radioterapia e quimioterapia.

Em 2015 ela veio ao Brasil co-

mo uma das atrações da Bienal do Livro Rio para divulgar as obras Becky Boom em Hollywood e À procura de Audrey.

Seu último livro, Como é para você?, publicado em fevereiro deste ano, é um relato semificcional de seu diagnóstico de câncer, escrito após a cirurgia.

"Sou uma criatura reservada, então pode parecer estranho que eu tenha revelado para o mundo tantas coisas pessoais. Mas sempre processei minha vida através da escrita. Escondida atrás de personagens fictícias, transfor-

mei minha história em narrativas. É esse o meu jeito de fazer terapia, acho. Escrever é meu porto seguro, e criar este livro, embora difícil às vezes, foi muito prazeroso e terapêutico para mim.É ficção, mas é minha obra mais autobiográfica até agora", diz Kinsella na apresentação da obra.

Kinsella nasceu em Londres em 1969 e estudou música no New College, em Oxford, antes de se dedicar à filosofia, política e economia. Seu primeiro livro, sem publicação no Brasil, foi escrito aos 24 anos, sob o nome de casada, Madeleine Wickham.

O sucesso veio em 2000, com Os Delírios de Consumo de Becky Bloom, apresentando aos leitores uma compradora compulsiva e jornalista financeira que, ironicamente, é completamente desastrada quando se trata de suas próprias finanças.